

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.421.295 - SP  
(2018/0338617-0)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**EMBARGANTE : MAURICIO AUGUSTO MUTTI**  
**ADVOGADOS : MÁRIO JOEL MALARA - SP019921**  
**DIOGO EMÍLIO REZENDE DE CARVALHO - GO039028**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## **EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRADO REGIMENTAL EM AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO QUE NÃO INFIRMOU, DE FORMA ESPECÍFICA, OS FUNDAMENTOS DO *DECISUM* COMBATIDO. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Conforme o disposto na decisão ora embargada, não constou do agravo em recurso especial, qualquer impugnação relativa ao afastamento dos óbices apontados pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Dessa forma, é regular a decisão da Presidência desta Corte ao não admitir o seguimento da presente insurgência, ante o óbice previsto na Súmula 182/STJ.

2. *É inviável o agravo interno que não impugna os fundamentos da decisão agravada. Aplicação do disposto na Súmula 182/STJ, bem como no artigo 1.021, § 1º, do CPC* (EDcl no RE nos EDcl nos EDcl no AgInt no AREsp n. 1.235.447/RJ, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Corte Especial, DJe 2/9/2019).

3. Embargos de declaração rejeitados.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro e Laurita Vaz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 03 de outubro de 2019 (data do julgamento).

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator